



Curricularização da extensão do Brasil a Portugal: estudo na Universidade de Évora

Curricularization of extension from Brazil to Portugal: a study at the
University of Évora

Curricularización de la extensión de Brasil a Portugal: un estudio en
la Universidad de Évora

Submitted on: 1.26.2026| Accepted on: 2.20.2026
DOI: 10.54899/rop.v23n1-2579

Ederson Mella Ternero
Mestre em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente,
E-mail: edinhoternero@gmail.com

Bravo Nico
Doutor em Ciência da Educação – Educação, E-mail: jbn@uevora.pt

Fabiano Martin Tiozzi
Pós-Doutor em Gestão e Economia, E-mail: fabiano.tiozzi@ufms.br

Lurdes Prata Nico
Doutora em Ciência da Educação, E-mail: lurdesnico@utad.pt

Nemésio Neves Batista Salvador
Doutor em Engenharia Hidráulica e Saneamento,
E-mail: nemesio.salvador@gmail.com

Zildo Gallo
Doutor em Geociência, E-mail: zildogallo@gmail.com

RESUMO

Este estudo analisa a curricularização da extensão no ensino superior brasileiro, instituída pela Resolução CNE/CES nº 07/2018, em diálogo com práticas extensionistas desenvolvidas em Portugal, notadamente na Universidade de Évora, por meio da Universidade Popular Túlio Espanca e do projeto Janelas Curriculares. Metodologicamente, a pesquisa adota caráter exploratório, bibliográfico e documental, com base em marcos normativos, literatura científica e documentos institucionais. No Brasil, o estudo foca a normatização da extensão, sua implementação pelas IES e os desafios enfrentados, enquanto em Portugal concentra-se nos planos estratégicos da Universidade de Évora e nas experiências da Universidade Popular Túlio Espanca. Os resultados preliminares indicam que, no Brasil, a normatização representou avanço ao garantir a obrigatoriedade da extensão nos currículos, embora ainda haja limites como burocratização, desigualdades institucionais e dificuldades de avaliação do impacto social. Em Portugal, as janelas curriculares desenvolvidas pela UPT demonstram maior flexibilidade ainda com pouco protagonismo estudantil,



fortalecendo a democratização do conhecimento e a coesão territorial. A comparação revela complementaridades: o Brasil contribui com escala e normatividade, enquanto Portugal oferece inovação pedagógica e valorização de saberes locais, contudo os alunos ainda não participam ativamente ou as vezes analisam comunidades sem efetiva participação no processo. Conclui-se que a cooperação internacional pode enriquecer práticas extensionistas, promovendo uma universidade mais democrática, transformadora e socialmente referenciada.

Palavras-chave: Curricularização da Extensão (Brasil-Portugal); Educação Superior; Universidade de Évora; Desenvolvimento Territorial; Educação Popular; Universidade Tulio Espanca.

ABSTRACT

This study analyzes the curricular integration of university extension in Brazilian higher education, instituted by Resolution CNE/CES No. 07/2018, in dialogue with extension practices developed in Portugal, particularly at the University of Évora, through the Popular University Túlio Espanca and the *Janelas Curriculares* (Curricular Windows) project. The general objective is to understand the advances, limitations, and possibilities of integrating extension activities into university curricula, relating normative and pedagogical experiences in two distinct contexts. Methodologically, the research adopts an exploratory, bibliographic, and documentary approach, based on normative frameworks, scientific literature, and institutional documents. In Brazil, the study focuses on the regulation of extension, its implementation by HEIs, and the challenges encountered, whereas in Portugal it centers on the strategic plans of the University of Évora and the experiences of the Popular University Túlio Espanca. Preliminary results indicate that, in Brazil, the regulatory framework represented progress by ensuring the mandatory inclusion of extension activities in curricula, although limitations remain, such as bureaucratization, institutional inequalities, and difficulties in assessing social impact. In Portugal, the curricular “windows” developed by UPTe demonstrate greater flexibility and student protagonism, strengthening knowledge democratization and territorial cohesion. The comparison reveals complementarities: Brazil contributes with scale and regulatory advancement, while Portugal offers pedagogical innovation and the valorization of local knowledge. However, students still do not participate actively and, at times, analyze communities without effectively engaging in the process. The study concludes that international cooperation can enrich extension practices, fostering a more democratic, transformative, and socially engaged university.

Keywords: Extension Curricularization (Brazil–Portugal); Higher Education; University of Évora; Territorial Development; Popular Education; Tulio Espanca University.

RESUMEN

Este estudio analiza la curricularización de la extensión en la educación superior brasileña, establecida por la Resolución CNE/CES n.º 07/2018, en diálogo con las prácticas de extensión desarrolladas en Portugal, en particular en la Universidad de Évora, a través de la Universidad Popular Túlio Espanca y el



proyecto Ventanas Curriculares. El objetivo general es comprender los avances, las limitaciones y las posibilidades de integrar la extensión en los currículos universitarios, relacionando experiencias normativas y pedagógicas en dos contextos distintos. Metodológicamente, la investigación adopta un carácter exploratorio, bibliográfico y documental, basado en marcos normativos, literatura científica y documentos institucionales. En Brasil, el estudio se centra en la estandarización de los programas de extensión, su implementación por parte de las instituciones de educación superior y los desafíos enfrentados, mientras que en Portugal se centra en los planes estratégicos de la Universidad de Évora y las experiencias de la Universidad Popular Túlio Espanca. Los resultados preliminares indican que, en Brasil, la estandarización representó un avance al garantizar la inclusión obligatoria de los programas de extensión en los planes de estudio, aunque aún existen limitaciones como la burocratización, las desigualdades institucionales y las dificultades para evaluar el impacto social. En Portugal, las ventanas curriculares desarrolladas por la UPTe demuestran mayor flexibilidad, aunque con escaso protagonismo estudiantil, lo que fortalece la democratización del conocimiento y la cohesión territorial. La comparación revela complementariedades: Brasil contribuye con escala y normatividad, mientras que Portugal ofrece innovación pedagógica y la valorización del conocimiento local; sin embargo, los estudiantes aún no participan activamente o, en ocasiones, analizan a las comunidades sin una participación efectiva en el proceso. Se concluye que la cooperación internacional puede enriquecer las prácticas de extensión, promoviendo una universidad más democrática, transformadora y con mayor referencia social.

Palabras clave: Curricularización de la Extensión (Brasil-Portugal); Educación Superior; Universidad de Évora; Desarrollo Territorial; Educación Popular; Universidad Tulio Espanca.

INTRODUÇÃO

As Instituições de Ensino Superior (IES) desempenham papel estratégico no desenvolvimento das sociedades contemporâneas. Elas não se limitam a formar profissionais para o mercado de trabalho, mas atuam como instâncias produtoras e difusoras de conhecimento, capazes de articular ciência, cultura e política em prol do bem comum. Magalhães (2006) lembra que historicamente a educação superior se organizou em torno de três funções centrais: a “[...] produção do conhecimento (investigação), sua distribuição (ensino) e sua difusão pelo corpo social (função de serviço à sociedade)”, dimensões que,



quando integradas, definem a identidade e a relevância social dessas instituições.

A partir desse entendimento, percebe-se que as universidades e demais IES não podem ser compreendidas apenas como espaços de transmissão de saber técnico, mas como instituições de grande responsabilidade social. Sua atuação contribui para a formação de cidadãos críticos, para o fortalecimento da democracia e para o avanço científico e tecnológico indispensável ao desenvolvimento local, regional e nacional. Esse papel ganha relevo ainda maior em contextos de desigualdade social, nos quais a inserção das IES pode promover transformações concretas na qualidade de vida das populações.

Nesse sentido, a curricularização da extensão no Brasil, instituída pela Resolução CNE/CES nº 07/2018, dialoga diretamente com essa concepção ampliada de educação superior, na medida em que busca fortalecer o vínculo entre teoria e prática, universidade e sociedade, conhecimento acadêmico e saberes populares (Brasil, 2018).

A extensão universitária foi oficialmente instituída no Brasil por meio do Decreto n. 19.851, de 11 de abril de 1931, que dispõe sobre o ensino superior no País. Todavia, suas primeiras atividades remontam às Universidades Populares do Brasil, também chamadas de Universidades Livres. Importada do modelo europeu do século XIX, a extensão tinha como intuito inicial a assistência à população carente, mediante cursos e ações voltados a indivíduos que não frequentavam a universidade. Desde então, seu objetivo passou por diferentes configurações, manifestando-se em uma pluralidade de entendimentos e formas de prática (Novaski Morges; Alves de Lara, 2024).

Em 2012, o Plano Nacional de Educação estabeleceu diretrizes mais precisas quanto ao papel da extensão no Brasil, definindo-a como um “[...] processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade” (Forproex, 2012, p. 16). Além de indicar linhas de atuação possíveis, o documento apontou os potenciais ganhos sociais advindos do diálogo entre saber científico e saber popular, viabilizado pelas atividades extensionistas.

A extensão universitária deve ser entendida como um espaço de legitimação dos saberes populares e de construção coletiva de conhecimento,



em consonância com os princípios defendidos por Paulo Freire e retomados por Demo (2011). Nesse sentido, pode-se afirmar que a curricularização não é apenas um dispositivo normativo, mas um ato político-pedagógico, que coloca a universidade diante da responsabilidade de dialogar com a sociedade em suas demandas concretas.

Mais recente o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 instituiu, por meio da curricularização da extensão, uma estratégia voltada a promover transformações sociais pela tríade: Pesquisa, Ensino e Extensão, de forma efetivamente integrada às demandas e urgências. Entretanto, diante das crises enfrentadas pelas Instituições de Ensino Superior (IES), tanto públicas quanto privadas, nos últimos cinco anos, a execução da extensão como instância integradora da relação universidade versus sociedade passou a enfrentar sérios desafios e riscos, que precisam ser debatidos especialmente no campo das Ciências Sociais Aplicadas (Novaski Morges; Alves de Lara, 2024).

Ao longo dos anos, a extensão foi se consolidando, principalmente após sua legitimação pelo Ministério da Educação (MEC), o que fomentou amplo debate em teses, dissertações e artigos científicos. Verifica-se, ainda, que as IES vêm ampliando suas práticas extensionistas por meio de atividades diversas, tais como estágios, trabalhos voluntários, atendimentos a populações vulneráveis, ações sociais, palestras e cursos destinados à comunidade externa e troca de tecnologias (Novaski Morges; Alves de Lara, 2024).

Outro aspecto a se destacar é o incremento de recursos para o financiamento de ações extensionistas, oriundos de órgãos como MEC, CAPES e CNPq, mediante editais de projetos, bolsas de estudo e programas que valorizam atividades classificadas como extensão. Um marco relevante desse processo foi a publicação da Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, a qual determina, em seu Artigo 4º, que “[...] as atividades de Extensão devem fazer parte da matriz curricular e compor no mínimo 10% da carga horária dos cursos de graduação tanto para instituições públicas como privadas”. Esse dispositivo reafirma a extensão como atividade essencial para a formação acadêmica e profissional, ao mesmo tempo em que oportuniza às IES a



integração efetiva entre Ensino, Pesquisa e Extensão em suas agendas de gestão.

Importa salientar, contudo, que curricularizar a extensão vai além da mera creditação. Trata-se de uma oportunidade de repensar as modalidades de ensino no âmbito universitário, as relações interpessoais e a construção da cidadania, a partir de uma perspectiva crítica e transformadora. Afinal, como pontuam Pereira e Vitorini (2019), a universidade é uma instituição que integra a sociedade e ocupa espaço privilegiado na promoção da reflexão crítica e no estímulo a mudanças sociais. Por outro lado, a implementação da curricularização acende alertas quanto aos conflitos internos que podem emergir sobre objetivos, práticas e formas de sistematização das atividades. Em alguns casos, observa-se que tais ações podem se distanciar da lógica dialógica de transformação, reduzindo-se a meras exigências curriculares, nas quais estudantes analisam comunidades sem efetiva participação delas no processo (Novaski Morges; Alves de Lara, 2024).

Diante desse panorama, percebe-se que as universidades enfrentam desafios significativos tanto na concepção prática quanto na operacionalização da extensão. Assim, este trabalho propõe-se a promover um debate na comunidade acadêmica sobre a atual situação da curricularização da extensão universitária e suas aplicações, sem desconsiderar o aspecto histórico de sua constituição, com o objetivo de compreender os riscos e as possibilidades envolvidos nesse processo (Novaski Morges; Alves de Lara, 2024).

O objetivo geral é compreender os avanços, limites e possibilidades da integração da extensão aos currículos universitários, relacionando experiências normativas e pedagógicas em dois contextos distintos.

Como detalhamento do objetivo geral, a pesquisa buscou: (I) examinar os fundamentos e diretrizes da Resolução nº 07/2018, identificando suas implicações para a organização curricular das Instituições de Ensino Superior no Brasil; (II) apresentar o papel das Instituições Municipais de Ensino Superior no fortalecimento do desenvolvimento local; e (III) analisar as estratégias extensionistas portuguesas, evidenciando formas inovadoras de creditação e



impacto social.

METODOLOGIA

A pesquisa adota o método dedutivo, com caráter exploratório e bibliográfico, fundamentando-se na literatura acadêmica e em documentos normativos. Segundo Gil (2008), a pesquisa exploratória busca oferecer maior familiaridade com o problema, contribuindo para torná-lo mais explícito. Lakatos e Marconi (2010) ressaltam que o método dedutivo possibilita partir de proposições gerais para analisar casos particulares, o que se mostra adequado em estudos comparativos. Já Cervo, Bervian e Silva (2007) destacam que o levantamento bibliográfico é etapa essencial para identificar, sistematizar e compreender o conhecimento já produzido sobre a temática em investigação.

No Brasil, a análise concentrar-se nos documentos que regulamentam a extensão universitária, em especial a Resolução CNE/CES nº 07/2018, o Plano Nacional de Educação (PNE) e normativas correlatas emitidas por órgãos do MEC e do INEP. Serão considerados, ainda, estudos acadêmicos recentes que discutem a implementação da curricularização no âmbito das Instituições de Ensino Superior (IES), suas dificuldades e potencialidades.

Em Portugal, o foco recairá sobre as informações no site da Uévorá, os documentos institucionais da Universidade de Évora disponíveis, notadamente o Plano Integral de Participação Estudantil (PIPE-UÉ) e o Plano Estratégico 2023–2026, bem como publicações científicas que analisam as experiências da Universidade Popular Túlio Espanca (UPTE) e do projeto Janelas Curriculares.

A análise bibliográfica e documental permitirá construir um quadro explicativo do modelo brasileiro e português (Universidade de Évora), identificando aproximações, diferenças e pontos de convergência. A partir dessa base, busca-se evidenciar como as políticas de curricularização e extensão são concebidas em cada contexto, e quais implicações essas concepções têm para o fortalecimento do papel social das universidades.

O caráter exploratório do estudo encontra-se no objetivo de levantar e organizar informações normativas, institucionais e acadêmicas, sem pretensão



de esgotamento do tema, mas sim de oferecer subsídios para análises futuras e para a formulação de recomendações aplicáveis ao Brasil e a Portugal.

Justificativa do Tema

A curricularização da extensão constitui um marco recente e transformador no cenário da educação superior brasileira. Instituída pela Resolução CNE/CES nº 07/2018, a política busca superar a tradicional dicotomia entre ensino e pesquisa, integrando a extensão universitária de forma orgânica ao currículo e garantindo, no mínimo, 10% da carga horária total dos cursos de graduação. Essa normativa emerge em um contexto de necessidade de democratização do conhecimento e de fortalecimento das relações entre universidades e sociedade, promovendo a indissociabilidade entre teoria e prática. Contudo, sua implementação ainda enfrenta desafios: desde a ausência de clareza em alguns dispositivos normativos, até a diversidade estrutural e administrativa das Instituições de Ensino Superior no Brasil, em especial as Instituições Municipais, que carregam potencial estratégico para o desenvolvimento local, mas também limitações orçamentárias e institucionais.

Nesse sentido, o presente estudo justifica-se pela relevância de aprofundar o diálogo entre experiências brasileiras e portuguesas, tomando como referência o caso da Universidade de Évora, em Portugal, que há décadas desenvolve práticas de atendimento a comunidade de forma orgânica em suas atividades, com destaque para a Universidade Popular Túlio Espanca e o projeto Janelas Curriculares. Iniciativas que evidenciam formas inovadoras de creditação das atividades, ao mesmo tempo em que demonstram forte impacto social junto a comunidades diversas. Ao analisar tais práticas em comparação com a Resolução nº 07/2018, torna-se possível identificar aproximações e distanciamentos metodológicos, pedagógicos e institucionais, além de criar possibilidades de intercâmbio e cooperação acadêmica entre Brasil e Portugal (Brasil, 2018).

Adicionalmente, a escolha do tema dialoga com a urgência de se pensar a extensão universitária não apenas como obrigatoriedade legal, mas como ferramenta transformadora e estratégica para o desenvolvimento territorial. As Instituições Municipais de Ensino ocupam papel singular nesse processo, por



sua inserção em contextos regionais muitas vezes desassistidos por universidades federais e estaduais. Ao articular a normativa brasileira com as experiências portuguesas, busca-se construir pontes epistemológicas e práticas, capazes de potencializar tanto a qualidade formativa dos estudantes quanto o compromisso social das universidades.

Assim, a justificativa do tema assenta-se em três eixos centrais:

1. **Normativo-político:** compreender a extensão como dimensão obrigatória e estruturante do currículo, a partir da Resolução nº 07/2018;
2. **Territorial e institucional:** reconhecer o papel estratégico das Instituições Municipais no fortalecimento do desenvolvimento local e regional;
3. **Comparativo-internacional:** analisar as práticas extensionistas da Universidade de Évora através do projeto desenvolvido para Universidade Tulio Espanca – Janelas Curriculares), destacando contribuições e aprendizados que possam retroalimentar a construção de uma extensão crítica, transformadora e socialmente referenciada no Brasil.

Dessa forma, o estudo justifica-se não apenas pela originalidade da comparação proposta, mas sobretudo pelo potencial de subsidiar políticas institucionais e interinstitucionais, contribuindo para consolidar uma extensão universitária que, de fato, cumpra sua função social, formativa e emancipatória.

A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL: DA TRANSMISSÃO VERTICAL AO DIÁLOGO EMANCIPADOR

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão constitui um dos maiores desafios contemporâneos para as universidades públicas brasileiras. Conforme previsto no artigo 207 da Constituição Federal de 1988, esse princípio é um dever institucional e deve atravessar toda a formação promovida pelas instituições de ensino superior, configurando-se não como uma opção administrativa, mas como uma exigência estrutural da prática universitária (Brasil, 1988).

A Extensão universitária no Brasil passou por diferentes fases históricas até se consolidar como prática acadêmica indissociável do ensino e da pesquisa. Em um primeiro momento, foi marcada pela transmissão vertical do



conhecimento, numa lógica de “mão única”, em que a universidade se colocava como detentora de um saber absoluto, a ser entregue a uma comunidade passiva (Serrano, 2013). Essa perspectiva autoritária foi amplamente criticada por Paulo Freire, que ressaltava a necessidade de superar a prática de “coisificação” do homem, afirmando que “[...] educar e educar-se, na prática da liberdade, não é estender algo desde a ‘sede do saber’, até a ‘sede da ignorância’ para ‘salvar’ [...] ao contrário, é tarefa daqueles que sabem que pouco sabem [...] em diálogo com aqueles que pensam que nada sabem” (Freire, 2006, p. 25).

A partir do início do século XX, sobretudo com a Reforma de Córdoba (1918), ganha força na América Latina o modelo de voluntarismo sócio-comunitário, protagonizado por estudantes e docentes engajados em movimentos sociais. Nesse contexto, surgem experiências como as universidades populares, voltadas à aproximação entre o saber acadêmico e a realidade local, dando à extensão uma dimensão política e ideológica (Serrano, 2013). Como aponta Rocha (2001), “[...] a ação dos estudantes, a partir de Córdoba, colocará a extensão universitária em evidência, com a criação de Universidades Populares em várias nações latino-americanas”.

Inspirado nesse movimento, Freire ressaltava a importância da conscientização como processo que vai além da experiência espontânea da realidade, exigindo uma visão crítica e transformadora: “[...] a conscientização implica que ultrapassemos a esfera espontânea da realidade, para chegarmos a uma esfera crítica na qual a realidade se dá como objeto cognoscível” (Freire, 1980, p. 26).

Nos anos 1930, com o Decreto nº 19.851/1931, a extensão passa a ser regulamentada no Brasil e definida como difusão de conhecimento por meio de cursos e conferências, ainda sob uma perspectiva redentora e centralizadora. Durante o regime militar, a concepção de extensão se associa a projetos de controle social, como o Projeto Rondon (1968) e o CRUTAC (1966), que, apesar de envolverem estudantes em ações comunitárias, tinham caráter assistencialista e desarticulado da universidade. Como observa Nogueira (2001, p. 61), criticava-se “[...] o caráter esporádico das atividades, sua desarticulação



com a instituição universitária como um todo e a falta de continuidade das ações” (Serrano, 2013).

A partir da década de 1980, inicia-se uma nova etapa, com a retomada do pensamento freiriano e a consolidação da extensão como prática acadêmica institucional. A criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão, em 1987, marca um ponto de inflexão, ao definir a extensão como processo educativo, cultural e científico que articula ensino e pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade. Essa concepção, freiriana em essência, defende a troca de saberes entre a comunidade acadêmica e os grupos sociais, reconhecendo o valor do conhecimento popular (Serrano, 2013).

Serrano (2023, p. 1) enfatiza,

Pela análise histórica da extensão universitária vamos encontrar pelo menos quatro momentos expressivos de sua conceituação e prática: o modelo da transmissão vertical do conhecimento; o voluntarismo, a ação voluntária sócio-comunitária; a ação sócio-comunitária institucional; o acadêmico institucional. Tais momentos apresentam-se numa transitoriedade no interior de cada universidade em razão de sua história e de seu projeto pedagógico, assim podemos encontrar nas universidades brasileiras instituições em vários desses momentos conceituais.

A trajetória histórica da extensão universitária no Brasil evidencia um processo contínuo de transformação conceitual e prática. Segundo Serrano (2013, p. 1), é possível identificar “[...] pelo menos quatro momentos expressivos de sua conceituação e prática: o modelo da ‘transmissão vertical do conhecimento’; o ‘voluntarismo’, entendido como ação voluntária sócio-comunitária; a ‘ação sócio-comunitária institucional’; e o ‘acadêmico-institucional’”. Esses modelos coexistem em diferentes contextos institucionais e temporais, refletindo tanto a historicidade das universidades quanto seus projetos pedagógicos. Assim, não se trata de uma evolução linear, mas de um movimento dialético, em que distintas concepções de extensão se sobrepõem, articulando compromissos científicos, sociais e políticos com o papel da universidade na sociedade contemporânea (Serrano, 2013).

O FORPRO em 2012, estabeleceu a Política Nacional de Extensão Universitária e o conceito de extensão é apresentado como “[...] um processo



interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade” (Miranda; Nogueira, 2012, p. 15).

Com o Plano Nacional de Extensão Universitária, elaborado em 1998, reforçam-se princípios como a prioridade às demandas sociais urgentes, a interdisciplinaridade e o compromisso com a cidadania. A extensão deixa de ser vista como atividade periférica e passa a integrar as funções acadêmicas da universidade, ao lado do ensino e da pesquisa, assumindo uma dimensão transformadora e democrática (Serrano, 2013). Como sintetiza Paulo Freire, “[...] a educação tem caráter permanente. Não há seres educados e não educados. Estamos todos nos educandos” (Freire, 1983, p. 28).

Assim, o percurso da extensão no Brasil mostra a transição de uma prática autoritária e assistencialista para uma concepção dialógica e emancipadora, fundamentada no respeito à cultura local, no compromisso social e na produção coletiva do conhecimento.

Extensão Universitária No Brasil: Bases Normativas e Desafios

A curricularização da extensão, também referida como creditação curricular da extensão, constitui pelo Plano Nacional de Educação (PNE) e regulamentada pela Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018. A resolução estabelece dois eixos estruturantes: (i) a obrigatoriedade de inserção de atividades extensionistas na matriz dos cursos e (ii) sua avaliação ex ante e ex post nos processos regulatórios do sistema federal. Em termos expressos, a resolução determina que “as atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos” e instrui o MEC/CNE a verificar cumprimento do percentual mínimo, articulação extensão–ensino–pesquisa e docentes responsáveis pela orientação (Brasil, 2018).

No contexto brasileiro, além da regulamentação nacional estabelecida pela Resolução CNE/CES nº 7/2018, alguns estados têm avançado em normativas próprias para a implementação da curricularização da extensão. Em São Paulo, destaca-se a **Deliberação CEE nº 216/2023**, aprovada pelo Conselho Estadual de Educação, que dispõe sobre a integração obrigatória das



atividades de extensão nos cursos de graduação das Instituições de Ensino Superior (IES) vinculadas ao sistema estadual.

O documento reafirma a exigência de que as atividades de extensão componham, no mínimo, **10% da carga horária total dos cursos de graduação**, em consonância com a Resolução nacional. Contudo, especifica os formatos pelos quais essa carga pode ser integralizada:

- em componentes ou unidades curriculares próprias;
- como parte da carga horária de disciplinas já existentes;
- ou por meio de outras atividades extensionistas, tais como programas, projetos, oficinas, eventos e prestação de serviços (São Paulo, 2023).

Um dos aspectos inovadores da normativa paulista refere-se à possibilidade de considerar, até o limite de 30% da carga horária da extensão, horas oriundas do estágio curricular obrigatório, desde que estas atividades possuam perfil extensionista devidamente comprovado em plano de estágio. Além disso, a deliberação estabelece que a carga horária de extensão deve constar de forma explícita no histórico escolar dos ingressantes a partir de 2023, garantindo a visibilidade institucional e a rastreabilidade da experiência formativa (São Paulo, 2023).

Outro ponto de destaque é a determinação de que, nos cursos de Educação a Distância (EaD), as atividades de extensão devem necessariamente ser realizadas presencialmente, em diálogo com comunidades externas às instituições. Tal exigência reforça o caráter dialógico e transformador da extensão, ao mesmo tempo em que impõe desafios logísticos e pedagógicos às IES que atuam nessa modalidade (São Paulo, 2023), e ainda assim, “[...] os sentidos semânticos atribuídos, historicamente, à extensão (alcance, ampliação, estender uma ação) explicam o significado que lhe foi dado pela educação ao longo do tempo” (Oliveira; Costa, 2017, p. 3).

Papel das Instituições Municipais de Ensino Para o Desenvolvimento Local

A educação brasileira é organizada em regime de colaboração entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, conforme dispõe o art. 211 da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988)) e o art. 8º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei nº 9.394/1996), que estabelecem as



responsabilidades de cada ente federativo no âmbito de seus sistemas de ensino (Brasil, 1996).

No caso dos municípios, a prioridade é assegurar a educação infantil e o ensino fundamental. A atuação em outros níveis de ensino somente é permitida em duas situações: quando houver pleno atendimento das etapas sob sua responsabilidade e quando os investimentos superarem os 25% de impostos e transferências vinculados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) (Brasil, 1996)

As Instituições Municipais de Ensino Superior (IMES) ocupam uma posição singular no sistema educacional brasileiro, especialmente no que diz respeito ao desenvolvimento local e regional. Embora a CF/88 não obrigue os municípios a ofertarem ensino superior, diversos autores demonstram que a criação dessas instituições é uma estratégia legítima e relevante para promover a capacitação profissional, fortalecer a dignidade da pessoa humana e contribuir para a formação de cidadãos conscientes de seu papel social. Nesse sentido, Neves (2018) conclui que as IMES podem atuar diretamente no fortalecimento do Estado Democrático de Direito, uma vez que ampliam o acesso e reforçam a dimensão cidadã do ensino superior

Outro aspecto a ser destacado é a íntima relação dessas instituições com as demandas socioeconômicas de seus territórios. Conforme Zílio (2004), a criação das IMES responde a necessidades concretas, tais como a qualificação de profissionais para o magistério, para a gestão pública municipal e para o setor privado local, evidenciando que sua razão de ser está profundamente vinculada à promoção do desenvolvimento econômico e social das comunidades onde se inserem

No entanto, como salientam Pickler, Silveira e Souza (2021), a municipalização do ensino superior ainda se configura como um processo pouco estruturado, já que depende fortemente da capacidade de arrecadação municipal. Isso significa que, embora as IMES possuam grande potencial de impacto no território, sua consolidação está condicionada à autonomia administrativa e à disponibilidade de recursos financeiros por parte dos municípios



EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA UNIVERSIDADE DE ÉVORA – PORTUGAL

A Universidade de Évora ocupa lugar de destaque na história do ensino superior português, sendo a segunda a ser fundada no país. Sua criação respondeu à necessidade de ampliar a presença universitária no sul do Reino, em um contexto marcado pela centralidade cultural e política da cidade de Évora. Ainda que a concepção inicial tenha partido de D. João III, coube ao Cardeal D. Henrique a implementação efetiva do projeto, a partir da fundação do Colégio do Espírito Santo, entregue à Companhia de Jesus. Não tardou para que a instituição fosse elevada à condição de universidade, de acordo com a bula papal que consolidou juridicamente sua fundação: *“Com a anuência do Papa Paulo IV, expressa na bula Cum a nobis de abril de 1559, foi criada a nova Universidade, com direito a lecionar todas as matérias, exceto a Medicina, o Direito Civil e a parte contenciosa do Direito Canónico”* (Universidade de Évora, 2025).

Esse marco fundacional inseriu Évora no circuito europeu de universidades católicas da Contrarreforma, consolidando-a como espaço de formação intelectual e de difusão do pensamento jesuítico. Todavia, ao longo do século XVIII, a conjuntura política e cultural passou a se mostrar cada vez mais hostil à presença da Companhia de Jesus. Em meio às reformas pombalinas, a instituição se tornou alvo direto das políticas centralizadoras do Estado. O registro histórico é contundente ao narrar o episódio que marcou o fim da primeira fase da universidade: *“Em 8 de Fevereiro de 1759 – duzentos anos após a fundação – a Universidade foi cercada por tropas de cavalaria, em consequência do decreto de expulsão e banimento dos jesuítas”* (Universidade de Évora, 2025).

O fechamento representou não apenas a dissolução de uma experiência universitária regional, mas também o reflexo de um movimento mais amplo de reconfiguração do ensino superior em Portugal, no qual prevaleceu a centralidade da Universidade de Coimbra. Somente no século XX, após um longo período em que o edifício serviu a outros fins, Évora recuperaria sua tradição universitária. Com o decreto de José Veiga Simão, em 1973, foi criado o Instituto Universitário de Évora, que rapidamente deu lugar à reinstalação da universidade. Como aponta o documento histórico: *“Em 1973, por decreto do então ministro da Educação, José Veiga Simão, foi criado o Instituto Universitário*



de Évora, que viria a ser extinto em 1979, para dar lugar à nova Universidade de Évora” (Universidade de Évora, 2025).

A trajetória histórica da Universidade de Évora revela uma instituição profundamente marcada por rupturas e reconstruções. Do prestígio inicial vinculado à Companhia de Jesus, passando pela dissolução em 1759 durante as reformas pombalinas, até a sua reinstalação em 1979, a universidade consolidou-se como símbolo da resiliência acadêmica portuguesa. Essa herança não apenas reafirma o valor da universidade como espaço de produção e difusão do conhecimento, mas também contribuiu para a constituição de uma identidade institucional sensível às demandas sociais e culturais do território.

É nesse contexto que se insere a experiência da **Universidade Popular Túlio Espanca (UPTE)**, vinculada à Universidade de Évora e fundada em 2009. Se, historicamente, a universidade foi marcada pela tensão entre centralização política e autonomia intelectual, a UPTE surge como **expressão contemporânea de abertura e democratização do saber**, em estreita sintonia com os princípios da educação popular. Como destacam Nico *et al.* (2016), a UPTE consolidou-se como um espaço de “[...] foi possível envolver largas centenas de pessoas – de diversas localidades do Alentejo, diferentes origens sociais e distintos níveis de escolaridade – em atividades educativas, em contextos não formais e intergeracionais de aprendizagem, nas quais participaram, de forma cooperativa, membros da comunidade académica e das comunidades locais.”, reafirmando a capacidade da universidade de se reinventar diante dos desafios de seu tempo.

A UPTE insere-se em um movimento de resistência e inovação pedagógica que tensiona os limites da educação formal. Inspirada na tradição da educação popular e nas epistemologias críticas, a UPTE constitui um espaço de fronteira entre saberes, práticas e sujeitos, ao articular dimensões científicas, culturais e comunitárias no território do Alentejo (Nico *et al.*, 2016).

A tradição histórica da Universidade de Évora, com suas experiências de centralidade, abre caminho para a emergência de projetos inovadores que reposicionam a instituição frente às comunidades locais. A UPTE constitui, portanto, uma espécie de resposta contemporânea à necessidade de integrar a



universidade ao território, não mais como instrumento de imposição cultural, mas como espaço de diálogo, valorização da diversidade e promoção da cidadania.

Essa conexão é particularmente relevante para a presente pesquisa, na medida em que evidencia como as práticas extensionistas portuguesas, enraizadas na história e na realidade local, podem dialogar com o processo de curricularização da extensão no Brasil. Ambas as experiências revelam a centralidade da universidade como agente de transformação social, mas por caminhos distintos: de um lado, a normatização brasileira via Resolução nº 7/2018, que institui a obrigatoriedade de inserção curricular das atividades de extensão; de outro, a autonomia comunitária da UPE, que valoriza a participação cidadã e o fortalecimento territorial.

Assim, o diálogo internacional entre Brasil e Portugal não se reduz a uma mera comparação, mas constitui um campo fértil de aprendizagem mútua, no qual a institucionalização normativa brasileira pode inspirar-se na flexibilidade comunitária portuguesa, enquanto a experiência portuguesa encontra no modelo brasileiro elementos de sistematização e de consolidação acadêmica.

No contexto europeu, a Universidade Popular Túlio Espanca (UPE), vinculada à Universidade de Évora, configura-se como uma experiência inovadora no campo da educação popular e comunitária. Criada em 2009, consolidou-se como um espaço de democratização do conhecimento, de valorização dos saberes locais e de promoção do desenvolvimento territorial do Alentejo (Nico *et al.*, 2016).

O Plano Integral de Participação Estudantil da Universidade de Évora (PIPE-UÉ) estrutura-se em torno de quatro dimensões centrais, que refletem não apenas a organização institucional, mas também o compromisso da universidade com uma formação cidadã ampliada e socialmente enraizada.

A primeira delas, “Governo e Gestão”, refere-se à participação efetiva dos estudantes nos órgãos de governo, instâncias consultivas e estruturas de gestão da Universidade de Évora, assegurando sua presença nos processos decisórios que afetam a vida acadêmica coletiva. Essa dimensão traduz a compreensão de



que a governança universitária deve ser partilhada, reconhecendo os discentes como sujeitos ativos e corresponsáveis pelo destino da instituição.

A segunda, denominada “Académica e de Qualidade”, diz respeito aos processos de gestão e planeamento do ensino, bem como às estruturas de avaliação da qualidade. Essa dimensão garante que os estudantes não sejam apenas receptores de decisões pedagógicas, mas que participem de modo ativo e crítico da definição de políticas curriculares, metodológicas e avaliativas, fortalecendo a ideia de universidade como espaço de produção coletiva do conhecimento.

A terceira dimensão, “Social, Cultural e Desportiva”, abrange os direitos de participação discente na conceção, implementação e avaliação de políticas nesses domínios, assegurando ainda o envolvimento efetivo dos estudantes em atividades sociais, culturais e esportivas. Aqui, evidencia-se o reconhecimento do carácter multidimensional da experiência universitária, que ultrapassa a esfera estritamente académica e se articula à formação integral do sujeito.

Por fim, a dimensão “Igualdade e Inclusão” possui natureza transversal e abarca todas as formas de participação que ampliem ou facilitem a inserção de grupos historicamente sub-representados ou em situação de vulnerabilidade. Trata-se, assim, de um compromisso ético-político da universidade com a justiça social e a equidade, valores que atravessam todas as demais dimensões do PIPE-UÉ.

Nesse sentido, pode-se afirmar que o PIPE-UÉ constitui não apenas um mecanismo de gestão participativa, mas um instrumento extensionista em sentido amplo, na medida em que fomenta a interação entre universidade e sociedade, assegura o reconhecimento da diversidade estudantil e reforça o papel da Universidade de Évora como promotora de cidadania ativa (Quadro 1).

Quadro 1. Estratégias Extensionistas da Universidade de Évora/ UPTE

Iniciativa	Características	Creditação	Impacto Social
Universidade Popular Túlio Espanca (UPTE)	- Espaço de educação popular e comunitária. - Democratiza o acesso ao conhecimento. - Valoriza saberes locais e fortalece laços comunitários. - Práticas de formação ao longo da vida,	Creditação vinculada à participação estudantil em atividades extracurriculares e serviços e extensão a comunidade, reconhecendo	- Integração da comunidade local. - Valorização de saberes e identidades culturais. - Fortalecimento da



Iniciativa	Características	Creditação	Impacto Social
	oficinas, ciclos de aprendizagem e atividades culturais. - Estrutura citada no PIPE-UÉ como mecanismo de aproximação entre universidade e sociedade.	formalmente o engajamento no percurso acadêmico.	coesão social e territorial no Alentejo.
Projeto Janelas Curriculares	- Promove diálogos entre universidade e sociedade. - Desenvolve atividades abertas em escolas, comunidades e instituições culturais. - Visa tornar a extensão mais visível e creditada, integrando-a ao percurso formativo dos estudantes. - Destacado no Plano Estratégico UÉ 2023-2026 como compromisso institucional com a sustentabilidade social e cultural.	Creditação informal das atividades extensionistas no currículo estudantil, reforçando o papel da extensão na formação integral.	- Promoção da inovação e cidadania. - Fortalecimento da coesão territorial. - Desenvolvimento sustentável em lógica global (local + global).

Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

Como se observa, ambas as iniciativas reforçam a democratização do conhecimento, a participação estudantil e o impacto territorial. A creditação flexível no percurso acadêmico e a forte articulação com as comunidades locais configuram-se como diferenciais do modelo português, que dialogam criticamente com a obrigatoriedade legal vigente no Brasil.

As Janelas Curriculares e a Extensão Universitária na Universidade de Évora

A análise das práticas de serviços de extensão junto à comunidade na Universidade Tulio Espanca (UPE) revela experiências inovadoras, especialmente ligadas à Universidade de Évora, que têm buscado integrar ensino superior, comunidade e desenvolvimento territorial. Uma dessas experiências é o projeto Janelas Curriculares de Educação Popular, desenvolvido no âmbito da UPE.

Segundo Sacristán (1995), o currículo deve ser entendido como um projeto que abrange dimensões sociais e educativas, articulando sistemas educativos e sociedade. É justamente nessa perspectiva que se insere o projeto das **janelas curriculares**, o qual proporciona aos estudantes da Universidade



de Évora a oportunidade de conceber e concretizar ações de educação não formal, abertas à participação da população do Alentejo. Essas ações são supervisionadas por docentes e fundamentadas nos conhecimentos adquiridos ao longo da formação acadêmica, permitindo que os estudantes não apenas apliquem conteúdos, mas também desenvolvam dimensões axiológicas de sua formação, refletindo criticamente sobre o sentido moral e político do conhecimento produzido (Nico; Nico, 2016).

O conceito de **“janela curricular”** foi institucionalizado na academia eborense como um segmento do processo de aprendizagem que pode substituir ou complementar componentes clássicos de avaliação, por meio de projetos de educação popular. Essa prática aproxima o conhecimento acadêmico da realidade concreta e oferece oportunidades de aprendizagem à comunidade regional, especialmente por meio da rede de polos da UPTe. Assim, estudantes e professores constroem uma experiência de solidariedade, transferindo conhecimento para a sociedade e reforçando a utilidade social da universidade (Nico; Nico, 2016).

Do ponto de vista mais amplo, as universidades portuguesas (Uévora) assumem, no cenário global, dupla função: participar ativamente de redes internacionais de investigação e, ao mesmo tempo, responder às especificidades do seu contexto territorial, social e cultural. Nesse sentido, a contribuição da extensão universitária em Portugal não é apenas uma dimensão acessória, mas integra a própria missão das instituições, tornando-se espaço de reflexão sobre os compromissos éticos e sociais da produção do conhecimento. O documento sobre as Janelas Curriculares ressalta que as universidades portuguesas devem atuar como “viveiro dinâmico do espírito empreendedor”, respondendo a questões centrais como: a favor de quem e de que se produz conhecimento (Nico; Nico, 2016).

A Universidade Popular Túlio Espanca, criada em 2009, emerge nesse cenário como espaço de educação popular intergeracional, voltado para formação ao longo da vida e para a valorização de saberes locais. Inicialmente concebida como Universidade Sénior, sua transformação em Universidade Popular reflete a adoção de um modelo pedagógico centrado em contextos não formais e no diálogo entre gerações. Nos Estatutos da Universidade de Évora



(2014), a UPTE é reconhecida como unidade científica e pedagógica, com a missão de ampliar oportunidades de formação e promover a socialização do conhecimento no território alentejano (Nico; Nico, 2016).

Assim, ao analisar a experiência portuguesa, observa-se que a extensão se materializa não apenas em programas de caráter assistencial, mas em projetos educativos que integram efetivamente estudantes e docentes com as comunidades locais. A lógica das janelas curriculares e da UPTE mostra um compromisso institucional com a democratização do saber, a formação crítica dos estudantes e o fortalecimento do desenvolvimento territorial.

Para sistematizar as aproximações e diferenças entre os dois contextos, apresenta-se a seguir a Tabela 1 que sintetiza os elementos comparativos.

Tabela 1. Curricularização da Extensão no Brasil e UPTE (Comparativa)

Aspectos	Brasil – Curricularização da Extensão (Resolução nº 07/2018)	Portugal – Universidade de Évora (UPTE/Janelas Curriculares)
Base normativa	Resolução CNE/CES nº 07/2018, que regulamenta a obrigatoriedade da inserção da extensão nos currículos.	Projeto institucional da Universidade de Évora, sem obrigatoriedade nacional, mas integrado ao Plano Estratégico e ao PIPE-UE.
Carga horária	Atividades de extensão devem compor mínimo de 10% da carga horária total dos cursos de graduação.	Não há percentual fixo. A extensão é integrada por meio das “ janelas curriculares ”, que podem substituir ou complementar atividades avaliativas.
Integração com currículo	Extensão articulada ao ensino e à pesquisa em projetos, programas, cursos e oficinas, eventos e prestação de serviços.	As janelas curriculares permitem que parte da avaliação seja substituída por projetos de educação popular realizados com a comunidade.
Participação estudantil	Obrigatória para todos os estudantes de graduação, registrada em histórico escolar.	Envolvimento voluntário ou creditado, dependendo da unidade curricular; foco no protagonismo estudantil e na solidariedade.
Papel docente	Docentes responsáveis pela orientação das atividades extensionistas nos cursos.	Professores supervisionam projetos concebidos e implementados pelos estudantes, fortalecendo o caráter formativo.
Enfoque social	Foco em impacto social, cultural, econômico e tecnológico, voltado a demandas locais, regionais e nacionais.	Ênfase na educação popular e comunitária , na valorização de saberes locais e no desenvolvimento territorial do Alentejo.
Exemplos de práticas	Projetos sociais, estágios, programas de saúde, cursos comunitários, atividades culturais e ambientais.	Universidade Popular Túlio Espanca (UPTE) e Janelas Curriculares , voltados à democratização do conhecimento e à formação ao longo da vida.
Creditação	Formalizada e obrigatória, vinculada ao PPC e ao PDI das IES.	Reconhecimento através das janelas curriculares, com creditação flexível,



Aspectos	Brasil – Curricularização da Extensão (Resolução nº 07/2018)	Portugal – Universidade de Évora (UPTE/Janelas Curriculares)
		vinculada às unidades curriculares e atividades extracurriculares.
Impacto esperado	Formação de profissionais críticos, éticos e socialmente responsáveis; fortalecimento dos arranjos produtivos locais.	Aproximação entre universidade e sociedade; promoção da cidadania, inclusão intergeracional e coesão territorial.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

DÍALOGO COMPARATIVO: BRASIL E UPTE/UEVORA

A experiência portuguesa, especialmente por meio da Universidade Popular Túlio Espanca/UPTE com o projeto Janelas Pedagógicas, oferece lições relevantes para o contexto brasileiro. Em primeiro lugar, destaca-se a inovação pedagógica das janelas curriculares, que permitem integrar a extensão ao percurso formativo sem engessamento burocrático, possibilitando que projetos comunitários substituam ou complementem avaliações tradicionais (Nico *et al.*, 2016). Além disso, a UPTE reforça a centralidade da educação popular e comunitária, ao valorizar saberes locais e promover a formação ao longo da vida, algo que dialoga diretamente com a tradição freiriana brasileira, mas que, muitas vezes, é negligenciado em práticas excessivamente técnicas ou assistencialistas. Por fim, o enfoque português na coesão territorial constitui um ponto de aprendizagem importante: ao articular universidade e desenvolvimento regional (caso do Alentejo), evidencia-se a importância de vincular as ações extensionistas ao fortalecimento das identidades locais e ao desenvolvimento sustentável.

O Que Portugal/ Uevora Pode Aprender Com o Brasil

Por outro lado, o modelo brasileiro, amparado pela Resolução CNE/CES nº 07/2018, apresenta elementos que poderiam enriquecer as práticas portuguesas. O primeiro deles é a normatização da extensão, que garante a obrigatoriedade de, no mínimo, 10% da carga horária dos cursos de graduação em atividades extensionistas (Brasil, 2018). Essa determinação amplia o alcance da extensão, tornando-a parte indissociável do processo formativo. Outro aspecto é a integração institucional com políticas nacionais, como o Plano Nacional de Educação (2014–2024) e as diretrizes do Forproex (2012), que



consolidam a extensão como componente estratégico no sistema de ensino superior brasileiro. Finalmente, a diversidade e escala das práticas brasileiras, abrangendo desde ações comunitárias de saúde até programas ambientais e culturais de grande porte, oferecem inspiração para Portugal expandir experiências ainda concentradas em polos regionais, fortalecendo o caráter nacional da extensão.

A comparação entre os dois contextos permite concluir que há uma complementaridade fecunda: o Brasil oferece normatização e escala, enquanto Portugal/Uevora contribui com inovação curricular e foco territorial. Em ambos os países, a extensão universitária reafirma-se como espaço de produção de conhecimento crítico, fortalecimento da cidadania e promoção do desenvolvimento sustentável. No âmbito municipal, a deliberação CEE nº 216/2023 configura-se como um esforço de operacionalização normativa e regulatória em âmbito estadual, consolidando a curricularização como política obrigatória e institucionalizada. Em contraste com a experiência portuguesa, marcada por iniciativas mais comunitárias e participativas, como a Universidade Popular Túlio Espanca (UPTE) e o projeto Janelas Curriculares, o caso paulista evidencia a opção brasileira por mecanismos legais e normativos como forma de garantir a implementação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo dialogar a respeito da curricularização da extensão no Brasil, regulamentada pela Resolução CNE/CES nº 07/2018, e as práticas extensionistas desenvolvidas em Portugal, especialmente na Universidade de Évora, por meio da UPTE e do projeto Janelas Curriculares. A análise permitiu identificar aproximações, diferenças e possibilidades de intercâmbio entre os dois contextos, destacando o potencial enriquecedor da cooperação internacional.

No caso brasileiro, observa-se que a normatização da extensão, com a obrigatoriedade de no mínimo 10% da carga horária nos cursos de graduação, representa um marco importante para assegurar a presença sistemática da extensão no currículo. Contudo, a análise também mostrou que o cumprimento formal da exigência não garante, por si só, a efetividade de práticas



extensionistas transformadoras, sendo necessário avançar na superação de visões burocráticas e na construção de metodologias que privilegiem a interação dialógica entre universidade e a sociedade.

Em Portugal, as experiências da UPTe e do projeto Janelas Curriculares revelam a força de iniciativas inovadoras que integram ensino, pesquisa e extensão de maneira orgânica, valorizando saberes locais, educação popular e coesão territorial. Diferentemente do modelo normativo brasileiro, o contexto português mostra como a extensão pode ser incorporada ao currículo por meio de estratégias pedagógicas flexíveis, que reforçam o protagonismo estudantil e a função social da universidade.

A análise comparativa indica uma complementariedade importante: enquanto o Brasil oferece lições sobre a necessidade de universalização da extensão por meio da normatização, Portugal traz contribuições significativas quanto à criatividade pedagógica, territorialidade e valorização da educação popular. Assim, ambos os contextos podem aprender mutuamente, fortalecendo a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Do ponto de vista acadêmico, o estudo contribui para ampliar a compreensão sobre os diferentes modelos de extensão universitária e para refletir sobre as possibilidades de intercâmbio de práticas no espaço lusófono. Do ponto de vista social, reforça a centralidade da extensão como eixo estratégico de transformação, seja na redução de desigualdades, na valorização de identidades culturais ou na promoção do desenvolvimento territorial sustentável.

A curricularização da extensão, seja pela via normativa ou pela via da inovação, representa um caminho necessário para consolidar a universidade como espaço de produção de conhecimento crítico, democrático e socialmente comprometido.

Ainda persistem lacunas importantes na consolidação da curricularização da extensão. Uma delas é a ausência de indicadores claros de avaliação da qualidade e do impacto social dessas ações, o que dificulta a aferição de sua efetividade. Também se identifica a necessidade de maior formação dos docentes para atuar em projetos de extensão que articulem teoria e prática de modo crítico e interdisciplinar. Outra lacuna refere-se à insuficiente



internacionalização da extensão, especialmente em comparação com experiências consolidadas em outros países, como Portugal, a partir da Universidade Popular Túlio Espanca, ligada à Universidade de Évora, que tem promovido práticas de creditação extensionista inovadoras. Ao refletir sobre o diálogo Brasil–Portugal, nota-se que a curricularização da extensão no Brasil, especialmente no âmbito das IMES paulistas, e as práticas extensionistas comunitárias portuguesas não se excluem, mas se complementam. A partir dessa aprendizagem mútua, reforça-se a necessidade de consolidar uma extensão universitária **mais democrática, transformadora e socialmente enraizada**, capaz de articular políticas públicas, demandas comunitárias e inovação acadêmica.

Por fim, cabe destacar a necessidade de aprofundar futuras pesquisas comparativas, não apenas entre Brasil e Portugal, mas também com outros países de língua portuguesa, de modo a enriquecer o debate internacional sobre a extensão universitária. Além disso, propõe-se o desenvolvimento de metodologias avaliativas que consigam mensurar o impacto social das práticas extensionistas e integrar a obrigatoriedade normativa (Brasil) com a inovação pedagógica (Portugal).

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Disponível em:

https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE_RES_CNECESN72018.pdf. Acesso em: 3 out. 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 3 out. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

DEMO, P. **Educação e qualidade**. 9. ed. Campinas: Autores Associados, 2011.



FONTENELE, I.C. A curricularização da extensão no Brasil: história, concepções e desafios. **Revista Katálysis**, v. 27, p. e97067, 2024.

FORPROEX, 2012. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf>. Acesso em: 3 out. 2025.

FORPROEX. **Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras**. (2012) Política Nacional de Extensão Universitária. Porto Alegre: UFRGS.

FORPROEX. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **Política nacional de extensão universitária**. Manaus:

FORPROEX. **I Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras**. Brasília: UNB, 1987.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 34. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LUCCHESI, M. A. S. História da interiorização do ensino superior no Estado de São Paulo: as instituições municipais de ensino superior. **Revista @mbienteeducação**, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 126-143, jan./abr. 2014. Disponível em: <https://publicacoes.unicid.edu.br/index.php/ambienteeducacao/article/view/63/52>. Acesso em: 3 out. 2025.

MAGALHÃES, A. M. A identidade do ensino superior: a educação superior e a universidade. **Revista Lusófona de Educação**, n. 7, p. 13-40, 2006.

MELLO, C. M.; ALMEIDA NETO, J. R. M.; PETRILLO, R. P. **Ensino por competências: eficiência no processo de ensino e aprendizagem**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2019.

MELO, A.; BENAVENTE, A. **Educação popular em Portugal (1974-1976)**. Lisboa: Livros Horizonte, 1978.

NEVES, R. S. Instituições municipais de ensino superior. **Interesse Público – IP**, Belo Horizonte, ano 20, n. 109, p. 191-210, maio/jun. 2018. Disponível em: https://www.academia.edu/37117538/Institui%C3%A7%C3%B5es_municipais_de_ensino_superior. Acesso em: 3 out. 2025.



NICO, B.; NICO, L. P. (org.). **Janelas curriculares de educação popular na Universidade de Évora: para um conhecimento académico mais humanista e solidário**. Évora: Universidade Popular Túlio Espanca da Universidade de Évora; Edições Pedagogo, 2016. (Coleção Educação, Território e Desenvolvimento Local). ISBN 978-989-8655-73-8.

NICO, B.; NICO, L. P.; TOBIAS, A.; BARNABÉ, J. Universidade Popular Túlio Espanca: o encontro entre a Universidade de Évora, a educação não formal e o Alentejo. **Revista de Estudios e Investigación en Psicología y Educación**, v. extr., n. 5, 2015. DOI: 10.17979/reipe.2015.0.05.153.

NOGUEIRA, M. D. P. Extensão universitária no Brasil: uma revisão conceitual. In: FARIA, D. S. (org.). **Construção conceitual da extensão na América Latina**. Brasília: Editora UnB, 2001.

NOVASKI MORGES, R.; ALVES DE LARA, L. G. Desafios da curricularização da extensão: um debate necessário. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, v. 15, n. 3, 2024.

OLIVEIRA, J.P.; COSTA, C.L. Extensão na educação profissional e tecnológica e práticas educativas com comunidade (s): desafios e possibilidades. **Anais...** IV Congresso Nacional de Educação – CONEDU, Brasil, 2017.

PEREIRA, N. F. F.; VITORINI, R. A.S. Curricularização da extensão: desafio da educação superior. **Interfaces – Revista de Extensão da UFMG**, v. 7, n. 1, 2019.

PICKLER, C. M.; SILVEIRA, F. E. B.; SOUZA, I. M. A municipalização do ensino superior no Brasil: um estudo de multicasos na dimensão estrutural e de gestão de pessoas. **Revista GUAL**, Florianópolis, v. 14, n. 3, p. 228-250, set./dez. 2021. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/7aca/fe8333c33a8e3dc9af28cf07958b8d6ddb0a.pdf>. Acesso em: 3 out. 2025.

ROCHA, R. M. G. A construção do conceito de extensão universitária na América Latina. In: FARIA, D. S. (org.). **Construção conceitual da extensão na América Latina**. Brasília: Editora UnB, 2001.

SACRISTÁN, J. G. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 1995.

SÃO PAULO (Estado). **Conselho Estadual de Educação. Deliberação CEE nº 216/2023**: dispõe sobre a curricularização da extensão nos cursos de graduação das Instituições de Ensino Superior vinculadas ao Sistema de Ensino do Estado de São Paulo. São Paulo: CEE, 2023. Disponível em: <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=76277057-7789>. Acesso em: 2 out. 2025.



SERRANO, R. M. S. M. Conceitos de extensão universitária: um diálogo com Paulo Freire. **Grupo de Pesquisa em Extensão Popular**, v. 13, n. 8, p. 1-15, 2013.

UNIVERSIDADE DE ÉVORA. **História**. Évora, 2025. Disponível em: <https://www.uevora.pt/universidade/historia>. Acesso em: 3 out. 2025.

ZILIO, A. C. S. **Financiamento em instituições de ensino superior públicas municipais e comunitárias de Santa Catarina**. 2004. 113 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/87214/210271.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 23 maio 2022.